

**Exmo. Sr. Presidente da Comissão da  
Comissão de Orçamento e Finanças  
Deputado Filipe Neto Brandão**

**Assunto:** Requerimento para Audição, com carácter de urgência, do Exmo. Senhor Ministro das Finanças, Dr. Fernando Medina.

Exmo. Sr. Presidente,

De acordo com as notícias vindas a público nos últimos dias, o Governo no ano de 2021, encetou contactos através da PARPÚBLICA, para a compra de ações dos CTT.

Conforme a opinião expressa pelo ainda atual Ministro das Finanças Dr. Fernando Medina, em entrevista ao Jornal Económico<sup>1</sup>, *“...o caso da compra de ações dos CTT pela Parpública é um “não caso”, e que é uma tentativa de a direita denegrir e atingir o novo secretário-geral do PS”, referindo ainda que “O que se está a passar com este caso é que os partidos da direita entenderam que queriam criar mais um caso para atingir o novo secretário-geral do PS, e inventaram um caso.”*

Se é um “não caso” e é uma ação consertada e provocada pelos Partidos de Direita, por que razão:

- o valor deste investimento “natural” é considerado nos Mapas Financeiros nas “Outras Participações Financeiras”, no subcampo de Outros;
- o despacho proferido pelo Ex-Ministro João Leão foi mantido em sigilo;
- a CMVM não foi informada do investimento?

---

<sup>1</sup> - <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/fernando-medina-considera-um-nao-caso-a-compra-de-aco-es-dos-ctt-pela-parpublica/>

Será que este é mais um dos casos e casinhos do Governo Socialista, podendo-se comparar este “não caso”, à questão da indemnização da Ex-Administradora da TAP Alexandra Reis, a qual por informação e não informação veiculada, aos portugueses tudo foi feito para que não soubessem da verdade. É opinião de alguns comentadores televisivos, que este é e será, o *modus operandi*<sup>2</sup> deste Governo.

No Jornal On-line Observador de 08/01/2024<sup>3</sup>, é título de notícia que *“Ignorância e ocultação: modos de governo instituídos em Portugal”*, e que *“Hoje em dia, estamos em Democracia, temos eleições livres, mas o “modus operandi” da maioria do Parlamento e do atual Governo, fariam António Ferro e Salazar ficarem orgulhosos”*.

*“A ocultação é outro ponto forte de governação em Portugal, e fortemente aplicado pelo Partido Socialista nos últimos anos. O problema, é que a ocultação dura, até ao dia que se faz jornalismo de investigação, ou alguém decide tornar públicos documentos que provem esses “atos ocultos”, que são perpetrados com dinheiros públicos e têm influência nos destinos do país e das suas empresas”*.

De acordo com a notícia de 05/01/2024, no Jornal Económico<sup>4</sup>, o principal acionista dos CTT não sabia do aludido negócio. O Grupo Champalimaud, terá informado que *“...em momento algum fomos informados”* e que *“... se haveria algum acordo para que a administração dos CTT passasse a incluir um elemento do Estado”*, à qual o grupo revelou *“...que não tinha conhecimento de qualquer entendimento a esse respeito”*.

Sabendo-se que à data de 2021, o limite para se “publicitar” a aquisição de capitais dos CTT era de 2% por parte de entidades públicas, qual foi a verdadeira razão para que a mesma não fosse tornada pública?

---

<sup>2</sup> - <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/compra-de-aco-es-dos-ctt-e-legitima-mas-pode-ser-politica-questionavel/>

<sup>3</sup> - <https://observador.pt/opiniao/ignorancia-e-ocultacao-modos-de-governo-instituidos-em-portugal/>

<sup>4</sup> - <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/principal-acionista-dos-ctt-nao-sabia-da-compra-de-aco-es-pela-parpublica/>

É de conhecimento geral, que “A decisão de avançar para a compra de ações coincidiu com exigências do Bloco de Esquerda e PCP para uma reversão da privatização e também com a negociação da nova concessão do serviço postal universal”.

Foi notícia em 20 de novembro de 2020, pelo Jornal On-Line Eco que “Após se ter aliado à direita para chumbar a nacionalização dos CTT proposta pelo PCP e BE, o PS deverá ceder à esquerda e concretizar o controlo público parcial da empresa, que é defendido por muitos socialistas. O tema está a ser negociado com os comunistas no âmbito do Orçamento do Estado para 2021 (OE 2021) ...<sup>5</sup>”

Todo este processo apenas e só serviu para que o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista Português, viabilizassem o OE de 2021 e permitir que o Governo recuperasse a margem, para a renegociação da concessão dos CTT.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA vem requerer a Audição, com carácter de urgência, do Exmo. Senhor Ministro das Finanças, Dr. Fernando Medina.

Palácio de São Bento, 08 de janeiro de 2024

O Deputado do Grupo Parlamentar do CHEGA,

Rui Afonso

---

<sup>5</sup> - <https://eco.sapo.pt/2020/11/20/governo-negoceia-com-pcp-controlo-publico-dos-ctt/>